

Anima/ animus e o essencialismo de gênero: uma reflexão epistemológica a partir de C. G. Jung

Matheus Ribeiro de RAMOS¹

¹Consultório particular. Curitiba/PR, Brasil.

Resumo

O presente artigo teve como objetivo realizar uma reflexão crítica e epistemológica a respeito dos atalhos conceituais de *anima/animus* em interlocução com as revisões empreendidas a partir dos estudos de gênero. Baseando-se na estrutura de uma pesquisa conceitual, foram selecionados para este trabalho autores do campo junguiano que realizaram essa aproximação, cujas considerações foram analisadas à luz da epistemologia da psicologia complexa. Para a realização desta pesquisa, foram selecionados autores cuja produção sintetiza de forma explícita as principais premissas da revisão dos conceitos de *anima/animus* pelos estudos de gênero e não pela revisão sistemática e integrativa da literatura. Feita a interlocução entre esses estudos e a epistemologia da psicologia complexa, foram identificados seis eixos de desvios conceituais: a transposição do símbolo em sinal, ao se compreender *anima/animus* como arquétipos de gênero; a leitura de que C. G. Jung fusionou corpo e psique, contraposto pelo conceito de psiquificação; a interpretação de "masculino" e "feminino" como categorias sociais e não como modalidades de funções psíquicas; o entendimento de Eros e *logos* como atributos sociobiológicos e não como conceitos nocionais e intuitivos; a indiferenciação entre imagem e o arquétipo psicóide indeterminado; e o colapso da função compensatória dessas figuras quando colocadas de forma simétrica na psique. A partir disso, o estudo concluiu que é necessário realizar uma diferenciação entre os recursos linguísticos que C. G. Jung utilizou

Conflitos de interesses:

O autor declara não haver nenhum interesse profissional ou pessoal que possa gerar conflito de interesses em relação a este manuscrito.



Recebido: 30 nov 2025; Última revisão: 12 jan 2026; Aprovado: 9 fev 2026; Aprovado para publicação: 22 maio 2026.

ao descrever *anima/animus* em seu momento histórico e cultural dos fundamentos epistemológicos de tais conceitos que, em si mesmos, já fornecem subsídios para uma compreensão não literalista e essencialista.

Descritores

gênero, psicologia junguiana, epistemologia, Jung, Carl Gustav, 1875-1961.

Anima/ Animus and Gender Essentialism: An Epistemological Reflection Based on C. G. Jung

Abstract

This article aimed to develop a critical and epistemological reflection on the conceptual shortcuts of *anima/animus* in dialogue with the revisions advanced through gender studies. Based on the framework of conceptual research, the study selected authors from the Jungian field who engaged in this approximation; their considerations were analyzed in light of the epistemology of complex psychology. For the purposes of this research, authors were selected whose works explicitly synthesize the main premises of the revision of *anima/animus* concepts through the lens of gender studies, and not through a systematic and integrative literature review. Drawing upon the dialogue between these studies and the epistemology of complex psychology, six axes of conceptual deviations were identified: the transposition of symbol into sign, by understanding *anima/animus* as gender archetypes; the reading wherein C. G. Jung purportedly conflated body and psyche, countered by the concept of psychization; the interpretation of "masculine" and "feminine" as social categories rather than modalities of psychic functions; the understanding of *Eros* and *Logos* as sociobiological attributes rather than notional and intuitive concepts; the lack of differentiation between image and the irrepresentable psychoid archetype; and the collapse of the compensatory function of these figures when placed symmetrically within the psyche. Based on these findings, the study concluded that it is necessary to distinguish between the linguistic resources employed by C. G. Jung in describing *anima/animus* within his historical and cultural context and the epistemological foundations of these concepts, which in themselves already provide the basis for a non-literalist and non-essentialist understanding.

Descriptors

gender, junguian psychology, epistemology, Jung, Carl Gustav, 1875-1961.

Anima/animus y el esencialismo de género: una reflexión epistemológica a partir de C. G. Jung

Resumen

Este artículo realiza una reflexión crítica y epistemológica de los atajos conceptuales de *anima/animus* en interlocución con las revisiones emprendidas por los estudios de género. Sobre las bases de una investigación conceptual, se seleccionaron para este trabajo autores junguianos que realizaron esa aproximación, analizando sus consideraciones con la aplicación de la epistemología de la psicología compleja. Para realizar esta investigación se seleccionaron autores cuya producción sintetiza de forma explícita las principales premisas de la revisión de los conceptos de *anima/animus* por los estudios de género y no por la revisión sistemática e integrativa de la literatura. Luego de la interlocución entre estos estudios y la epistemología de la psicología compleja, se identificaron seis ejes de desvíos conceptuales: la conversión del símbolo en señal, al comprenderse *anima/animus* como arquetipos de género; la lectura de que C. G. Jung fusionó cuerpo y psique, contrapuesto por el concepto de psiquificación; la interpretación de "masculino" y "femenino" como categorías sociales y no como modalidades de funciones psíquicas; la compresión de *Eros* y *logos* como atributos sociobiológicos y no como conceptos nocionales e intuitivos; la indiferenciación entre imagen y el arquetipo psicoide indeterminado; y el colapso de la función compensatoria de esas figuras cuando son colocadas de forma simétrica en la psique. De ahí, el estudio concluyó que es necesario diferenciar los recursos lingüísticos que C. G. Jung utilizó al describir *anima/animus* en su momento histórico y cultural de los fundamentos epistemológicos de dichos conceptos que, en sí mismos, ya proveen datos para una comprensión no literal y esencialista.

Descriptor

género, psicología junguiana, epistemología, Jung, Carl Gustav, 1875-1961.

Introdução

Atualmente, os atalhos conceituais de *anima/animus* são comumente revistos a partir dos estudos de gênero, nos quais os autores, listados a seguir, entendem que, com esses dois termos, C. G. Jung referia-se a arquétipos de gênero e, até mesmo, teria formulado uma "teoria de gênero" de base arquetípica. Levando em consideração as novas perspectivas de gênero em nossa

época, para alguns autores torna-se, então, necessário rever *anima/animus* a partir dessa lente de estudo. Como será exposto no decorrer deste ensaio, tal empreendimento entra em tensão epistemológica com a psicologia complexa, como é possível perceber na citação a seguir, que carrega uma definição avançada formulada por C. G. Jung a respeito desses dois atalhos conceituais:

A autonomia do inconsciente coletivo se expressa nas figuras da *anima* e do *animus*. Eles personificam os seus conteúdos, os quais podem ser integrados à consciência, depois de retirados da projeção. Neste sentido, constituem funções que transmitem conteúdos do inconsciente coletivo à consciência (Jung, 1950/2021, para. 40, p. 32).

Jung (1950/2021) enfatiza que *anima/animus* consistem em personificações do inconsciente, portanto, não é possível saber de antemão o que essas duas funções psíquicas realmente designam, já que o inconsciente, em Jung (1921/2023), é um conceito-limite que abrange todos os conteúdos e processos psíquicos não relacionados diretamente ao eu. C. G.

Jung sustentava que o inconsciente, assim como o "transcendente", é cognoscível não em si mesmo, mas apenas por meio de suas manifestações, isto é, em termos de fenômenos observáveis. Tratava-se, segundo ele, fazendo uso de um termo kantiano, de um "conceito-limite", que não oferece nenhuma compreensão sobre os mecanismos ocultos da natureza, mas apenas aponta para os limites daquilo que pode ser conhecido" (Clarke, 1992/2015, p. 34, tradução nossa).

Visto isso, quando Rowland (2024) e McKenzie (2006), por exemplo, afirmam que *anima/animus* representam arquétipos de gênero, ocorre uma transposição do símbolo em sinal, pois se reduzem imagens de mediação com o inconsciente coletivo a categorias de identidade sociais previamente conhecidas, isto é, ao gênero. Sobre a diferença entre símbolo e sinal, Jung enfatiza:

A máquina psicológica, que transforma energia, é o símbolo. Refiro-me a um símbolo verdadeiro e não a um sinal. Assim sendo, o buraco cavado na terra dos Watchandis não é um sinal dos órgãos genitais femininos, mas um símbolo que representa a ideia da mulher-terra a ser fecundada. Confundi-la com uma mulher humana seria o mesmo que interpretar o símbolo semioticamente. (. . .) quando não compreende a verdadeira natureza do símbolo e o rebaixa a um mero sinal (Jung, 1928/2022, para. 88, p. 58-59).

Como exposto ao longo do ensaio, a leitura de *anima/animus* a partir dos estudos de gênero resulta em uma interpretação semiótica de um conceito que pertence a outro horizonte epistemológico. Nesse sentido, torna-se necessário distinguir os recursos linguísticos utilizados por C. G. Jung, quando descreve *anima/animus* em seu contexto histórico e cultural, do próprio fenômeno simbólico que tais conceitos expressam. Seguindo a estrutura da pesquisa conceitual delineada por Laurenti et al. (2016), o presente ensaio investigou os termos *anima/animus* na obra de Jung em relação aos desdobramentos contemporâneos desses atalhos conceituais. O objetivo foi identificar fontes de desvio conceitual que emergem quando *anima/animus* são traduzidos como arquétipos de gênero, incorporação que gera ecletismo teórico ao integrar categorias oriundas de matrizes epistemológicas distintas à psicologia complexa. O termo “desvio conceitual”, conforme Laurenti et al. (2016), consiste na transposição de noções fundamentais de um horizonte epistemológico a outro, sem critérios explícitos de tradução. A seleção dos textos não se baseou em revisão sistemática, mas em escolha autoral orientada pela hipótese de que críticas de gênero à psicologia complexa, ao deslocarem o horizonte simbólico para o discurso sociológico, configuram um caso de desvio conceitual. Foram selecionados autores cuja produção sintetiza as principais premissas dessa abordagem, como Goldenberg (1976), Samuels (1992), Young-Eisendrath (2002), McKenzie (2006), Saiz et al. (2023) e Rowland (2024).

A partir dessa estrutura metodológica, foram identificados seis eixos principais de desvio conceitual que orientam a análise: (i) a leitura de *anima* e *animus* como arquétipos de gênero, que implica a transposição do símbolo em sinal; (ii) a interpretação de que Jung teria fusionado corpo e psique, contraposta pelo conceito de psiquificação, que distingue o instintivo biológico de sua elaboração simbólica; (iii) a compreensão de “masculino” e “feminino” como modalidades de funções psíquicas e não como categorias de gênero; (iv) a leitura de Eros e logos como conceitos nocionais e dinâmicos e não como categorias rígidas atreladas ao sexo biológico ou à identidade social; (v) a indiferenciação entre imagem e arquétipo psicóide indeterminado; e (vi) o colapso da função compensatória dessas figuras quando são colocadas de forma simétrica em uma mesma psique, anulando sua mediação entre consciência e inconsciente coletivo. É importante salientar que este estudo não visa a emitir juízos de valor sobre as contribuições dos estudos de gênero à psicologia complexa, mas apontar os desvios aos quais toda tentativa de ampliação conceitual está sujeita. O objetivo do ensaio é contribuir com esclarecimentos conceituais e epistemológicos deixados em

aberto por tais revisões e apontar possíveis caminhos de interlocução entre os estudos de gênero e a psicologia complexa.

C. G. Jung em diálogo com as revisões contemporâneas de *anima/animus*

O presente diálogo inicia-se a partir da obra “Jung: uma revisão feminista”, na qual Rowland (2024) empreende uma releitura crítica a respeito dos conceitos objeto deste estudo. Ela afirma que o termo “feminino” que utiliza em sua obra não parte de uma concepção essencialista, mas da construção cultural das características femininas condicionadas historicamente e não localizadas em um corpo feminino. A partir dessa perspectiva, a autora sustenta que Jung colapsou o sexo corporal e o gênero psíquico, levando em consideração a forma como abordou o “feminino” de um ponto de partida arquetípico:

É suficiente mencionar que Jung tem a tendência a colapsar e condensar a identidade de gênero e o sexo corporal. Ele acreditava que a forma do corpo conferia diretamente uma identidade de gênero para mulheres e homens. Essa atitude leva a uma concepção essencialista de feminilidade e masculinidade como inatas (Rowland, 2024, p. 73).

Logo em seguida, Rowland (2024) reconhece que o inconsciente, em sua função compensatória, não permite que tal essencialismo seja absoluto, como Jung parece ter sugerido ao articular *anima/animus* como arquétipos de gênero. A autora enfatiza que a mente não pode ter um gênero fixo, pois os arquétipos estariam sujeitos às noções mutáveis de masculino e feminino baseadas na cultura. Nesse mesmo sentido, Young-Eisendrath (2002) argumenta que a teoria junguiana da contrassexualidade incorre em um essencialismo implícito, ao supor que *anima/animus* derivam de traços biológicos do sexo oposto, como se o inconsciente reproduzisse as diferenças sexuais de forma naturalizada. Assim como Rowland (2024), Young-Eisendrath (2002) interpreta que a formulação de Jung ainda estaria ancorada em uma noção de base genética e morfológica do outro psíquico, tal como enfatizou McKenzie:

O pensamento de Jung sobre *anima/animus* (A/A) nos conduz a uma armadilha de ordenamento linear, identidades fixas, simetrias andróginas e arquétipos que são herdados de maneira diferenciada com base na anatomia sexual, uma ruptura na universalidade do inconsciente coletivo. Sua teoria de gênero, entretanto, permite que ambos os gêneros residam em um indivíduo,

mas supõe uma lenta e adequada emergência do contrassexo a partir do inconsciente. A concepção junguiana de anima/animus não pode explicar a experiência transgênero, com seus inúmeros pontos de partida e a fluidez das atrações sexuais. O modelo A/A de Jung é terrível para o nosso tempo (McKenzie, 2006, p. 407).

É possível observar, nas passagens listadas, o entendimento de que *anima/animus* consistem em arquétipos de gênero e que, por conta disso, precisam ser revistos levando em consideração a fluidez das experiências de gênero, especialmente as vivenciadas pelas pessoas LGBTQIAPN+. McKenzie (2006) ainda destaca que tais arquétipos são herdados com base na morfologia sexual, algo que Jung (1939/2020) abordou no ensaio "Consciência, inconsciente e individualização", publicado originalmente em 1939, no qual diz que, com base no fato de o homem ter uma minoria de genes femininos, ele carregaria uma forma feminina em seu inconsciente, designada de *anima*. Como será exposto a seguir, essa é uma afirmação datada de Jung pelo próprio Jung, quando desenvolveu posteriormente o atalho conceitual de arquétipo psicóide. Entretanto, ainda cabe então questionar: "Como Jung é capaz de escrever com tanta frequência como se estivesse colapsando, condensando identidade de gênero e sexo corporal?" (Rowland, 2024, p. 86). C. G. Jung pode auxiliar na resposta a essa questão:

Diferentes dos fatores dinâmicos são as modalidades de funções psíquicas que influenciam o comportamento humano em outros sentidos. Menciono antes de tudo o sexo, as disposições hereditárias e a idade. Estes três fatores são considerados primariamente como dados fisiológicos, mas também fatores psicológicos, na medida em que estão sujeitos à psiquificação, como os instintos.

A masculinidade anatômica, por exemplo, está longe de provar a masculinidade psíquica do indivíduo. Da mesma forma, a idade psicológica nem sempre corresponde à fisiológica (. . .) (Jung, 1937/2017, para. 248, p. 65, destaques nossos).

Obviamente, na passagem apresentada, Jung não está argumentando sobre a condensação entre gênero e corpo, até porque o conceito de gênero não pertencia ao seu horizonte epistemológico. Em outro aspecto, ele está demonstrando que as modalidades de funções psíquicas são psiquificadas, tal como ocorre com os instintos: "O instinto como fenômeno psíquico, seria pelo contrário, uma assimilação do estímulo a uma estrutura complexa que eu chamo psiquificação" (Jung, 1937/2017, para. 234, p. 61). Nesse aspecto, o instinto é modificado quando se

encontra com o dado psíquico e passa a adquirir características variáveis, como a psique, que é dotada de grande capacidade de variação e transformação. É justamente aqui que o conceito de psicóide torna-se fundamental para compreender que, para Jung (1946/2017), a relação entre corpo e psique consiste em uma tensão paradoxal entre dois aspectos de um mesmo fundo subjacente, não podendo, portanto, serem reduzidos a epifenômeno de um ou de outro; são expressões complementares:

Como a psique e a matéria estão encerradas em um só e mesmo mundo, e, além disso, acham-se permanentemente em contato entre si, e em última análise, assentam-se em fatores transcendentais e irrepresentáveis, não há não só a possibilidade, mas até mesmo uma certa probabilidade de que a matéria e a psique sejam dois aspectos diferentes de uma só e mesma coisa (. . .) (Jung, 1946/2017, para. 418, p. 165).

Visto isso, tal apontamento epistemológico implica reconhecer que o corpo não é um dado a ser superado pelo inconsciente, como sugere Rowland (2024), pois ambos estão em relação complementar ao outro. A partir dessa consideração, Jung (1946/2017) introduz uma visão não reducionista e paradoxal do fenômeno entre corpo e psique e, com a delimitação do processo de psiquificação, realiza uma complexa diferenciação entre o sexo biológico e a masculinidade/feminilidade psíquica, isto é, uma qualidade simbólica que não simplesmente designa o sexo anatômico e nem o gênero cultural, mas os modos de operação da psique em princípios de estrutura (*logos*) e relação (*Eros*). Até mesmo Hillman segue com Jung nesse aspecto:

Como mostra Jung no *Mysterium Coniunctionis* (CW 14) e em outros trabalhos, “masculino” e “feminino” são metáforas biológicas para condições psíquicas de consciente e inconsciente. **A integração de anima no modelo do hermafrodita não significa adquirir características do gênero oposto**; ao contrário, significa uma consciência dupla, mercurial, verdadeira e não verdadeira, atividade e inatividade, visão e cegueira, viver e impossível oxímoro, mais como um animal que é ao mesmo tempo extremamente consciente em suas ações e totalmente inconsciente delas (Hillman, 1985/2020, p. 145, destaques nossos).

Hillman (1985/2020), nessa passagem, mobilizou os termos “masculino” e “feminino” como metáforas para descrever a relação paradoxal entre consciente e inconsciente e não como normas de gênero ou dados fisiológicos. Essa concepção, que já se encontra delineada nas obras de C. G. Jung, impede que tais

termos sejam compreendidos de modo substancializado, como sinais de categorias de gênero, isto é, o que constitui um homem e uma mulher em termos sociais e históricos. Contudo, a partir do conceito junguiano de psiquificação, essa relação ultrapassa o nível meramente metafórico, pois, masculino e feminino não são apenas imagens comparativas, mas qualidades psíquicas autônomas, modos de funcionamento da psique que correspondem a Eros e logos enquanto princípios estruturantes da consciência e do inconsciente, conforme delineado por Jung (1954/2012b). Embora nessa passagem, Hillman (1985/2020) preserve a dimensão psíquica de tais conceitos, em outro momento de sua obra, ele propõe uma reelaboração da noção de *anima*, sugerindo que tanto homens quanto mulheres possuem o arquétipo da *anima* coexistindo na psique. Nesse ponto, o autor afasta-se do horizonte epistemológico de C. G. Jung para formular sua própria perspectiva arquetípica, questão que será retomada adiante. Entretanto, ainda sobre o “masculino” e o “feminino” como qualidades psíquicas, no texto “A mulher na Europa” (1927/2022), Jung afirmou o seguinte sobre as conquistas sociais e psicológicas que as mulheres estavam engendrando por si mesmas:

A mulher, ao abraçar uma profissão masculina, ao estudar e trabalhar como o homem, passa a fazer algo que no mínimo não corresponde à sua natureza feminina, podendo mesmo ser prejudicial (. . .) E quando falo de prejudicar, não me refiro apenas ao dano fisiológico, mas antes de tudo ao dano psíquico (Jung, 1927/2022, para. 243, p. 129).

Torna-se importante destacar que Jung (1927/2022) compreende a mulher e o homem como dois pares de opostos, ou seja, um constitui a sombra do outro. Nesse aspecto, trazer a sombra à consciência acarreta em um “prejuízo psíquico”, na medida em que se está vivendo em um plano onde se é inconsciente. Nesse sentido, Jung (1927/2022) está elaborando sobre os desafios psicológicos, quando o homem e a mulher vivem o seu princípio oposto, enfatizando que tal movimento é uma conquista psicológica:

Masculinidade significa saber o que se quer e fazer o necessário para se atingir o objetivo. Uma vez que se aprendeu esta lição, é óbvio que nunca mais se poderá esquecer-la, sem grande prejuízo psíquico. A independência e a crítica que ela adquire por meio deste conhecimento são valores positivos e é assim que a mulher as experimenta. Por isso não quer mais abandoná-las (Jung, 1927/2022, para. 260, p. 137).

Comumente as considerações de Jung (1927/2022) sobre a mulher na Europa são lidas como essencialistas do ponto de vista dos estudos de gênero, todavia, observa-se nessa passagem um contraponto ao suposto essencialismo, quando o autor afirma que a masculinidade psíquica conquistada pelas mulheres é positiva e não deve ser abandonada. É importante salientar que a definição de Jung para masculinidade, nesse texto, não parte de um ponto de vista biológico ou de gênero; ele a fundamenta como uma qualidade psíquica, reforçada com o conceito de psiquificação Jung (1919/2017).

Cabe destacar ainda que Samuels (1992) apontou que o fato de se falar em masculino e feminino separadamente consiste em uma projeção que reforça dicotomias, questão também abordada por Rowland (2024), quando enfatiza que, ao elaborar de forma binária a respeito de *anima/animus*, Jung estaria reproduzindo um sistema no qual um termo torna-se privilegiado em relação ao outro a partir de um regime hierárquico, sugerindo assim uma desconstrução derridiana à psicologia complexa. Todavia, a construção conceitual de C. G. Jung não é binária e sim paradoxal, pois "(...) temos de entender esse tipo de pensamento paradoxal quando queremos compreender os fatos psicológicos. É o mesmo com todos os pares de opostos (...)" (Jung, 1928-1930/2022, p. 173). Nesse aspecto, Jung clarifica que o inconsciente não se expressa em termos de "isso ou aquilo", próprios de uma construção binária, mas em termos de "isso e aquilo simultaneamente", fundamentando essa concepção na simbólica alquímica:

O enorme papel que desempenham os contrastes e a união deles torna compreensível porque a linguagem da alquimia gosta tanto do paradoxo. Para conseguir a união, tenta a alquimia não apenas olhar em conjunto para os opostos, mas também expressá-los juntos (Jung, 1954/2012a, para. 35, p. 68).

Conforme exposto, a construção que C. G. Jung realizou com seus conceitos segue a lógica do paradoxo, fato importante para contrastar com o entendimento de que os atalhos conceituais de *anima/animus* reforçariam binarismos de gênero em uma perspectiva social. Tal entendimento seria projeção de uma mentalidade binária em uma construção conceitual, que visa a transcendê-la. Para aprofundar essa diferenciação, é necessária uma reconsideração de *anima/animus* a partir do atalho conceitual de arquétipo psicóide.

Anima/animus e o arquétipo psicóide

Nas pesquisas contemporâneas é entendimento compartilhado entre alguns pesquisadores envolvidos com a psicologia de C. G. Jung que ele teria confundido estereótipos de gênero, reforçados em sua época com a definição de *anima/animus*. De acordo com Samuels (1992), Jung teria afirmado, a partir de sua “teoria” dos arquétipos, que existiria algo de eterno e substancial a respeito da mulher e do feminino, chamando a atenção para a não consideração do papel contínuo da cultura no entendimento do que chamamos de “feminino”. De acordo com Saiz et al. (2023), na revisão empreendida de *anima/animus*, o masculino não é igual ao homem nem o feminino à mulher e que tanto *anima* quanto *animus* fazem parte da psique humana, não podendo estar condicionados ao sexo ou gênero. É importante relembrar que a diferenciação anatômica e psíquica entre masculinidade e feminilidade já havia sido observada por Jung (1937/2017), a partir do conceito de psiquificação – abordado inicialmente em 1919, no texto “Instinto e inconsciente” (Jung, 1919/2017). Seguindo com a diferenciação entre o feminino e a *anima*, Saiz et al. (2023, p. 322) relataram ainda que: “É importante especificar: o feminino arquetípico, a *anima*, não é feminilidade. A *anima* é um padrão arquetípico e dinâmico de organização da psique, assim como o *animus* e o andrógino”. Nota-se, com essa passagem, que Saiz et al. (2023) buscam fazer uma diferenciação entre a *anima* e o feminino cultural, partindo da compreensão de que C. G. Jung não havia realizado tal empreendimento. É importante, do ponto de vista epistemológico, considerar o seguinte texto:

Na projeção, a *anima* sempre assume uma forma feminina, com determinadas características. **Esta constatação empírica não significa, no entanto, que o arquétipo em si seja constituído da mesma forma.** A sizígia masculino e feminino é apenas um dos possíveis pares de opostos, mas na prática é um dos mais importantes e frequentes. **Ela tem muitas relações com outros pares (de opostos) que não apresentam diferenças sexuais, podendo, pois, ser colocados numa categoria sexual apenas de um modo forçado.** Tais relações encontram-se em múltiplos matizes principalmente na ioga kundalini, no gnosticismo e na filosofia alquímica. (. . .) Parece-nos provável que um arquétipo em estado de repouso, não projetado, não possua forma determinável, mas constitua uma estrutura formalmente indefinida, com a possibilidade de manifestar-se em formas determinadas através da projeção (Jung, 1954/2020, para. 142, p. 79, destaques nossos).

Em “Considerações teóricas sobre a natureza do psíquico”, Jung (1946/2017) realiza uma delimitação epistemológica fundamental ao afirmar que não se pode confundir as imagens arquetípicas mobilizadas pelo inconsciente com o arquétipo em si. Este último consiste em uma forma básica irrepresentável, cujos conteúdos apenas podem ser apreendidos pela consciência de modo aproximativo. No ensaio “O arquétipo como referência especial ao conceito de *anima*” (1954/2020), Jung aplica essa reformulação ao atalho conceitual de *anima*, diferenciando projeção, imagem arquetípica e arquétipo propriamente dito. Ele enfatiza que a forma feminina da *anima* consiste em uma expressão simbólica e empírica e que o arquétipo da *anima* não possui conteúdo fixo nem forma determinada. Visto isso, com o conceito de *anima*, Jung não está afirmando algo sobre “a mulher” nem postulando uma essência feminina substancial. A forma de expressão da *anima* é mediada pela cultura e pela individualidade, daí a ênfase na projeção. Outro aspecto importante é que esse texto, revisado em 1954, já traz influências da reformulação do arquétipo como psicóide (*Seeleähnliche*) similar/ semelhante ao psíquico, Jung (1946/2017). Portanto, *anima* e *animus* não são o feminino ou o masculino essenciais, mas funções psíquicas de mediação entre a consciência e o inconsciente coletivo, assumindo formas específicas quando projetadas ou personificadas. As críticas contemporâneas baseadas nos estudos de gênero incorrem, assim, em uma transposição do símbolo em sinal, quando não realizam suficientemente essa diferenciação.

No decorrer do mesmo ensaio, Jung (1954/2020) demonstra que *anima/animus* integram a configuração arquetípica da sizígia e que, apenas de modo muito forçado, todas as manifestações dessa estrutura poderiam ser reduzidas a um modelo contrassexual – importante destacar que a sizígia consiste em uma personificação dos opostos consciente/inconsciente, ou seja, um símbolo da tensão paradoxal entre esses dois polos da psique. É igualmente importante considerar que a sizígia não é uma construção binária de gênero, como discutido por Rowland (2024), mas um arquétipo: “(. . .) resulta que a imaginação está presa a esse motivo de tal forma que, em todo o tempo e lugar, ela é motivada a projetá-la sempre de novo” (Jung, 1954/2020, para. 120, p. 69). Como exposto anteriormente, é necessário compreender a sizígia e a relação entre os pares de opostos a partir da noção de paradoxo. Inicialmente Jung e Wilhelm (1930/2013) começa essa elaboração no texto “O segredo da flor de ouro”, aprofundando-a em seus estudos alquímicos, conforme delimitado por Jung (1954/2012a).

Cabe ainda destacar o seguinte esclarecimento realizado por Jung a respeito de seus atalhos conceituais: “O pesquisador deve

libertar-se da opinião corrente segundo a qual o nome explica ao mesmo tempo os fatos psíquicos que ele denota" (Jung, 1929/2017, para. 223, p. 55). Nessa passagem, Jung afirma que seus conceitos não "contêm" o fenômeno que descrevem. Os pontos fixos de referência que utiliza como recurso descritivo são indispensáveis na prática, mas irrelevantes na teoria. Ao empregar conceitos-limite e valer-se da linguagem usual para expressá-los, Jung (1929/2017) tornou-se alvo do preconceito generalizado de que o nome predetermina a natureza das coisas. Assim, do ponto de vista epistemológico, a crítica de gênero que entende *anima/animus* como papéis sociais parte do pressuposto de que Jung estaria descrevendo as características do que constitui um homem e uma mulher, considerando que mudar o nome do conceito ou revisá-lo em termos sociológicos alteraria o fenômeno. Essa delimitação epistemológica aprofunda-se quando Jung retoma a crítica kantiana à metafísica e afirma que:

O que vemos do mundo está longe da totalidade, é meramente superfície; não penetramos na substância do mundo, naquilo que Kant chamou de "a coisa em si". Isso seria o inconsciente das coisas, e, na medida em que são inconscientes, são desconhecidas para nós (Jung, 1928-1930/2022, p. 69).

Com esse entendimento, Jung (1928-1930/2022) reafirma que a psicologia complexa não é uma metafísica encarregada em explicar a essência das coisas em si, mas um empreendimento científico no qual seus conceitos descrevem e organizam as manifestações do inconsciente, tal como foi exemplificado no conceito de *anima* revisto pela noção de arquétipo psicóide. Sendo assim, torna-se necessário compreender *anima/animus* como funções de mediação com o inconsciente coletivo, conforme delimitado por Jung (1950/2021), que podem se apresentar revestidas em determinadas imagens, mas que não são fenomenologicamente reduzidas a elas.

Eros e logos e a função compensatória de *anima/animus*

Comumente Eros e logos são compreendidos como termos utilizados de forma essencialista por C. G. Jung, especialmente levando em consideração o apontamento crítico de Rowland (2024), no qual afirma que não existe razão teórica para supor logos como uma atribuição da consciência masculina e Eros, como da consciência feminina: "Nem Eros e nem Logos podem ser colocados em uma posição advinda do sexo corporal, porque o inconsciente junguiano trabalha contra o essencialismo corporal" (Rowland, 2024, p. 90). Goldenberg (1976) também realizou apontamentos críticos sobre tal questão, afirmando que, apesar

de C. G. Jung ter mencionado que Eros e *logos* correspondiam a conceitos intuitivos, estes foram tomados literalmente para afirmar características essencialistas à mulher e ao homem. A respeito desses dois termos, ele assim enfatizou: “Longe de mim querer dar uma definição por demais específica destes conceitos intuitivos. Uso os termos *Eros* e *Logos* meramente como termos nocionais” (Jung, 1950/2021, para. 29, p. 27). Isto é, esses dois conceitos são ferramentas de trabalho, que auxiliam na descrição de que o campo consciente do homem pode ser caracterizado por *logos* (Sol) e o da mulher, por Eros (*Luna*). Como será exposto a seguir, não é possível considerar esse esquema como uma categoria fixa, algo que C. G. Jung reconhecia, quando enfatiza explicitamente que se trata de conceitos intuitivos e termos nocionais. De acordo com Barbugiani (2025), é possível estabelecer uma correspondência do “conceito intuitivo” em Jung com Henri Bergson, na medida em que Jung (1950/2021) reconhece que Eros e *logos* são termos que descrevem processos vivos e dinâmicos da psique, resistindo, portanto, a uma definição rígida e fixa.

Além disso, em “*Mysterium Coniunctionis*”, Jung (1954/2012b) não subordinou a mulher ao inconsciente, como sustentam releituras contemporâneas, pois ele esclarece que, embora a alquimia tenha utilizado Sol e *Luna* para descrever os princípios masculinos e femininos, essa correspondência simbólica não autoriza concluir que a mulher estaria identificada com o inconsciente, porque o princípio oposto inconsciente do homem comumente se personifica como um elemento feminino. Jung (1954/2012b) afirma, de modo explícito, que a mulher também possui consciência e que o Sol – uma das luminárias alquímicas para a consciência masculina – não é um assunto exclusivo dos homens porque, se assim fosse, seria necessário admitir que a mulher não possui consciência, algo que C. G. Jung rejeitou de forma prontificada no texto em questão, pois: “(. . .) A Lua não é apenas sombria, quando ela é também um corpo que fornece luz, ou em outras palavras que ela também pode representar a consciência” (Jung, 1954/2012b, para. 217, p. 239). Portanto, a consciência feminina, de acordo com Jung (1954/2012b), parece apresentar uma qualidade lunar (Eros), sendo o inconsciente personificado pela imagem do Sol (*logos*). A partir disso, ele evidencia que a psique está em uma tensão paradoxal entre esses dois princípios e enfatiza que Eros e *logos* partiram de considerações psicológicas em termos de atitude da consciência e não advindas do sexo corporal, como sugerido por Rowland (2024).

Partindo de considerações puramente psicológicas, tentei em diversos lugares caracterizar a consciência masculina por meio do conceito de *Logos* e a feminina pelo de *Eros*. Nessa tarefa procurei entender por “*Logos*”

o distinguir, o julgar, o reconhecer, e por "Eros" o colocar-em-relação (relacionar). **Os dois conceitos tinham para mim valor de concepção intuitivas, que não podem ser definidas de maneira exata ou exaustiva (. . .) Como é difícil estabelecermos um teorema psicológico sem que imediatamente nos vejamos obrigados a invertê-lo, também neste ponto aparecem de pronto exemplos ao contrário:** homens a quem pouco importa o julgar e o conhecer, e mulheres que manifestam uma capacidade exageradamente masculina de distinguir e julgar. Eu gostaria de designar esses casos de exceções regulares (. . .) (Jung, 1954/2012a, para. 218-219, p. 240, destaques nossos).

Considerando tais apontamentos, Jung (1954/2012b) reconhece que não é possível inferir rigidamente Eros e logos a partir do sexo corporal, observando "exceções regulares". Entretanto, tais casos não implicam a coexistência simétrica de *anima/animus* em todos os indivíduos, pois tais exceções dizem respeito à irrupção não simbolizada do princípio oposto à atitude consciente, isto é, a possessão por *anima* lunar no homem e por *animus* solar na mulher. Essa possessão pelo princípio oposto não deve ser lida de forma prontamente negativa ou patológica, uma vez que Jung (1954/2012b) também afirma que essa exceção pode ter constituído a base para a concepção alquímica do *Hermaphroditus* – uma configuração simbólica da totalidade psíquica. Visto isso, Jung (1954/2012b) busca enfatizar que o campo da consciência apresenta tonalidades, modos de funcionamento específicos, para os quais encontrou nos termos de *Eros*, *logos*, ou *Sol* e *Luna*, um modelo aproximativo para descrevê-los e não substancializá-los em categorias rígidas de gênero, pois ambos são: "(. . .) Dois poderes básicos da alma que formam um par de opostos e que se condicionam mutuamente" (Jung, 1959-2009/2013, p. 498). Nesse sentido, todos nós "temos" Eros e logos presentes na psique, com a diferença psicodinâmica de que um desses princípios estará presente no campo consciente e o outro se manifestará no campo inconsciente, por meio do fenômeno compensatório da *anima* (o Eros inconsciente) e do *animus* (o logos inconsciente). Jung (1950/2021) afirma que, mediante integração, a *anima* imprime uma polaridade relacional à consciência masculina e o *animus*, uma polaridade reflexiva à consciência feminina, mobilizando assim respectivamente Eros e logos para o campo consciente. Em seguida, a imagem surgida por conta dessa integração é a do andrógino alquímico que, psicologicamente, personifica os opostos em potência no inconsciente, evocando que, em termos estritamente psicodinâmicos, a psique é andrógina, conforme Jung (1954/2012b).

Levando em consideração tais apontamentos, quando Young-Eisendrath (2002), McKenzie (2006) e Saiz et al. (2023), por exemplo, afirmam que *anima/animus* estariam presentes de forma simétrica na psique de todos, ocorre um desvio epistemológico, pois, em termos psicodinâmicos, toda pessoa “terá” Eros e *logos* na psique, sendo *anima/animus*, de acordo com Jung (1950/2021), fenômenos arquetípicos compensatórios específicos ao princípio que estará orientando o campo consciente. Sobre a *anima* na mulher e o *animus* no homem, ele assim enfatizou:

(. . .) Não, ela é a parte feminina da psicologia de um homem, então ela não existiria em uma mulher. Quando ela existe, ela é absolutamente idêntica ao princípio consciente da mulher, e então eu a chamaria de *Eros*. O mesmo é verdade com um homem. *Animus* em um homem não é uma pessoa, é o seu princípio consciente, então o chamaria de *Logos* (Jung, 1928-1930/2022, p. 461).

Nessa passagem, contida em um seminário que C. G. Jung apresentou em 1930 e compilado na obra “Seminário sobre análise dos sonhos”, Jung (1928-1930/2022) reforça que *anima* e *animus* são funções psíquicas complementares da estrutura consciente e não coexistem de modo simétrico em todos. Ou seja, com esses dois conceitos, ele descreveu estruturas funcionais de mediação com o inconsciente coletivo e não essências de gênero. Dessa forma, tais funções não compensam a identidade de gênero do indivíduo, mas a atitude predominante da consciência em termos de Eros ou *logos* que, de acordo com Jung (1954/2012b), não designam “conteúdos femininos e masculinos” substanciais, mas sim auxiliam a descrever funções que pertencem à dinâmica de complementariedade psíquica entre consciente e inconsciente. Em termos de analogia, reforçar que *anima/animus* estão simétricos em uma mesma psique seria o mesmo que considerar que uma pessoa do tipo pensamento extrovertido teria também em seu campo consciente o sentimento introvertido – em ambos os casos se colapsa a função compensatória da psique.

McKenzie (2006), partindo do entendimento de que *anima/animus* constituiriam uma teoria arquetípica de gênero formulada por C. G. Jung, propõe que tais atalhos conceituais não explicariam as experiências de gênero e sexualidade vividas por boa parte da população LGBTQIAPN+. Como discutido ao longo deste trabalho, essa leitura apenas se sustenta mediante o desvio conceitual que converte símbolo em sinal, desconsiderando que Jung (1950/2021) definiu *anima/animus* como funções psíquicas compensatórias da atitude consciente, destinadas a mediar conteúdos do inconsciente coletivo e não a explicar identidades de gênero ou sexualidade. Aqui, é importante novamente considerar o alerta do

próprio Jung (1929/2017) de que os nomes dados aos conceitos não explicam os fatos psíquicos que eles denotam. Ainda que se possa estabelecer aproximações entre persona, gênero e as imagens da alma - *anima/animus* - é importante que não se confunda tais funções psíquicas com a construção social da identidade de gênero. Essa proposição está em consonância com o alerta de Hillman (1985/2020), ao enfatizar que a imagem do hermafrodita não significa unir num mesmo sujeito características de ambos os sexos e gêneros:

Tomar essa imagem excêntrica do hermafrodita e literalizá-la nos gêneros sexuais, e depois moralizá-la num objetivo bissexual para o comportamento, é um passo tão errôneo quanto considerar o *phallus* como o pênis biológico ou a grande mãe como sendo a mãe de sua própria infância. A batalha sobre o literalismo nunca está vencida; ela reaparece em novos disfarces, forçando-nos assim a ser psicológicos (Hillman, 1985/2020, p. 145, destaques nossos).

Apesar de Hillman (1985/2020) caminhar em outro horizonte epistemológico com a psicologia arquetípica, especialmente no que diz respeito ao caráter compensatório das funções de *anima/animus*, nessa passagem ele enfatiza a necessidade de não se transpor o símbolo em sinais de categorias de identidade sociais, quando discorre sobre *anima*, *animus* e o andrógino/hermafrodita. Nesse sentido, a revisão que Hillman (1985/2020) empreendeu do conceito de *anima* não parte de uma perspectiva de gênero, mas sim da abordagem da *anima* como uma premissa arquetípica de todo o trabalho psicológico, o que, segundo ele, justificaria também a *anima* como um atributo da mulher. Enquanto Jung (1951/2020) opera em um nível funcional e pragmático, entendendo a *anima* como um atalho conceitual, Hillman (1985/2020) a equipara com a *psyche* (alma); em sua perspectiva, todo o trabalho psicológico é um cultivo da alma/*anima* e, nesse sentido, ele entende por fundamento o que, em C. G. Jung, é uma função psíquica. Assim, pode-se considerar que a psicologia arquetípica de James Hillman é fruto de sua íntima relação com a *anima*. Cabe destacar o apontamento de Jung (1946/2018) de que o casamento com a *anima* consiste em uma identificação com o inconsciente e que tal estado é possível apenas em uma ausência de autoconhecimento psicológico.

A partir do exposto no decorrer deste trabalho, pode-se questionar qual é o valor heurístico, do ponto de vista clínico e psíquico, de se considerar *anima/animus* como arquétipos de gênero. Em que medida essa concepção auxiliaria na descrição da relação paradoxal entre consciente e inconsciente? Tal questionamento não visa a negar o conceito de gênero, apenas apontar que, ao

se revisar *anima* e *animus*, é necessário permanecer dentro da epistemologia do símbolo. Por fim, seguindo a observação de Jung (1954/2012b) a respeito das exceções regulares envolvendo *anima* e *animus* e indo um pouco além, sugerimos que a identidade de gênero e a sexualidade de um indivíduo, *a priori*, não nos dizem nada sobre como a sua psique está estruturando a relação paradoxal entre Eros e *logos* e, portanto, também nada dizem sobre a função compensatória de *anima* e *animus*. Tais manifestações permanecem condicionadas por fatores inconscientes e irracionais da psique, reforçando que o analista deve desenvolver uma postura dialética em relação ao fenômeno psíquico, pois, como afirmado por Jung (1935/2019), a individualidade é um sistema infinitamente variável, não podendo ser condicionada a categorias rígidas. Essa postura é importante para não se realizar uma leitura literalista do símbolo, o que acarreta em um desvio conceitual na perspectiva epistemológica de um lado e, de outro, em leituras reducionistas e patologizantes de identidades LGBTQIAPN+.

Considerações finais

É importante salientar que a discussão apresentada neste artigo não visou desconsiderar que a construção conceitual de *anima/animus* ocorreu em um contexto histórico e social específico e que tal contexto não deva ser levado em consideração nos estudos contemporâneos da psicologia complexa. Todavia, como salientado anteriormente, é necessário realizar uma diferenciação entre os recursos linguísticos, utilizados por C. G. Jung para construir tais conceitos, da base epistemológica que os fundamenta. A crítica contemporânea aos atalhos conceituais de *anima/animus*, ao entendê-los como arquétipos de gênero, tem como foco revisá-los a partir de tais estudos, especialmente motivada pelas experiências ampliadas de gênero e sexualidades em nossa época. Entretanto, como demonstrado no presente artigo, tal empreendido somente é possível com uma leitura semiótica de conceitos que pertencem ao horizonte epistemológico do símbolo. Esse não é, de forma alguma, um julgamento de valor dos estudos de gênero e sexualidades, os quais são cada vez mais necessários em nosso contexto social, político e histórico, mas sim um apontamento epistemológico enfatizando que a revisão desses atalhos conceituais, a partir dos estudo de gênero, concentra-se no discurso e não na função clínica e fenomenológicas das imagens.

A partir do reforço conceitual que Jung (1946/2017) realizou, adjetivando o arquétipo como categoria psicóide, boa parte do que foi escrito sobre *anima/animus* necessita ser revista por meio

dessa ótica conceitual, algo que nos limites deste estudo não foi possível de se realizar e que se mostra um empreendimento de pesquisa potencialmente frutífero para a psicologia complexa. Para além da pesquisa conceitual, é importante reforçar que *anima/animus* são também conceitos empíricos e, de acordo com Jung (1950/2021), foram precisas diversas experiências para captá-los e descrevê-los. Portanto, ao buscarmos ampliar e revisar tais conceitos, torna-se necessária uma ancoragem na experiência psíquica a partir da análise de material inconsciente, como estudos com material comparativo, que forneçam fatos empíricos que justifiquem uma revisão ou ampliação conceitual.

Referências

- Barbugiani, F. L. (2025). *Fundamentos epistemológicos do método de C. G. Jung: o desdobramento do eixo James-Bergson-Nietzsche na psicologia complexa* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná]. Repositório Institucional. <https://hdl.handle.net/1884/99354>.
- Clarke, J. J. (2015). *In search of Jung: historical and philosophical enquiries*. Routledge. (trabalho original publicado em 1992).
- Goldenberg, N. R. (1976). A feminist critique of Jung. *Signs*, 2(2), 443-449. Recuperado em 23 de abril de 2026, de <https://www.jstor.org/stable/3173460>.
- Hillman, J. (2020). *Anima: a psicologia arquetípica do lado feminino da alma no homem e sua interioridade na mulher*. Cultrix. (Trabalho original publicado em 1985).
- Jung, C. G. (2012b). *Mysterium coniunctionis* (OC, Vol. 14/1, V. D. Amaral, Trad., As personificações dos opostos, pp. 128-314). Vozes. (Trabalho original publicado em 1954).
- Jung, C. G. (2012a). *Mysterium coniunctionis* (OC, Vol. 14/1, V. D. Amaral, Trad., Os paradoxos, pp. 68-128). Vozes. (Trabalho original publicado em 1954).
- Jung, C. G. (2013). *O livro vermelho: liber novus* (S. Shamdasani, Ed., E. Orth, Trad.). Vozes. (Trabalho original de 1959, publicado em 2009).
- Jung, C. G. (2017). *A natureza da psique* (OC, Vol. 8/2, M. R. Rocha, Trad., Instinto e inconsciente, pp. 72-83). Vozes. (Trabalho original publicado em 1919).
- Jung, C. G. (2017). *A natureza da psique* (OC, Vol. 8/2, M. R. Rocha, Trad., Determinantes psicológicas do comportamento humano, pp. 60-72). Vozes. (Trabalho original publicado em 1937).
- Jung, C. G. (2017). *A natureza da psique* (OC, Vol. 8/2, M. R. Rocha, Trad., Considerações teóricas sobre a natureza do psíquico, pp. 104-186). Vozes. (Trabalho original publicado em 1946).

- Jung, C. G. (2017). *A natureza da psique*. (OC, Vol. 8/2, M. R. Rocha, Trad., O significado da constituição da herança para a psicologia, pp. 53-60). Vozes. (Trabalho original publicado em 1929).
- Jung, C. G. (2018). *Ab-reação, análise dos sonhos e transferência* (OC, Vol. 16/2, M. L. Appy, Trad., A psicologia da transferência, pp. 46-194). Vozes. (Trabalho original publicado em 1946).
- Jung, C. G. (2019). *A prática da psicoterapia* (OC, Vol. 16/2, M. L. Appy, Trad., Princípios básicos da prática da psicoterapia, pp. 13-32). Vozes. (Trabalho original publicado em 1935).
- Jung, C. G. (2020). *Os arquétipos e o inconsciente coletivo* (OC, Vol. 9/1, M. L. Appy & D. M. R. F. Silva, Trads., Consciência, inconsciente e individuação, pp. 274-290). Vozes. (Trabalho original publicado em 1939).
- Jung, C. G. (2020). *Os arquétipos e o inconsciente coletivo* (OC, Vol. 9/1, M. L. Appy & D. M. R. F. Silva, Trads., O arquétipo como referência especial ao conceito de anima, pp. 63-82). Vozes. (Trabalho original publicado em 1954).
- Jung, C. G. (2021). *Aion: estudo sobre o simbolismo do Si-mesmo*. (OC, Vol. 9/2, M. R. Ramalho, Trad., Sizígia: anima e animus, pp. 23-36). Vozes. (Trabalho original publicado em 1950).
- Jung, C. G. (2022). *Civilização em transição* (OC, Vol. 10/3, L. M. E. Orth, Trad., A mulher na Europa, pp. 124-145). Vozes. (Trabalho original publicado em 1927).
- Jung, C. G. (2022). *Energia psíquica* (OC, Vol. 8/1, M. L. Appy, Trad., Os conceitos básicos da teoria da libido, pp. 44-76). Vozes. (Trabalho original publicado em 1928).
- Jung, C. G. (2022). *Seminário sobre análise dos sonhos* (C. Liudvik, Trad.). Vozes. (Trabalho original de 1928-1930).
- Jung, C. G. (2023). *Tipos psicológicos*. (OC, Vol. 6, L. M. E. Orth, Trad., Definições, pp. 420-495). Vozes. (Trabalho original publicado em 1921).
- Jung, C. G., & Wilhelm, R. (2013). *O segredo da flor de ouro: um livro de vida chinês* (D. F. Silva, & M. L. Appy, Trads.). Vozes. (Trabalho original publicado em 1930).
- Laurenti, C., Lopes, C. E., & Araújo, S. (Orgs.). (2016). *Pesquisa teórica em psicologia: aspectos filosóficos e metodológicos*. Hogrefe.
- McKenzie, S. (2006). Queering gender: anima/animus and the paradigm of emergence. *Journal of Analytical Psychology*, 51 (3),401-421. <https://doi.org/10.1111/j.0021-8774.2006.00599.x>.
- Rowland, S. (2024). *Jung: uma revisão feminista*. Vozes. (Trabalho original publicado em 2002).
- Saiz, M., Abalos, M. P., Grez, C., Bartfeld, M., Benchin, F., Toloza, S., Porre, M. & Falcone, J. (2023). The syzygy, reformulation and new perspectives: dreams, anima-animus and gender. *Journal of*

Analytical Psychology, 68(2), 301-326. <https://doi.org/10.1111/1468-5922.12903>.

Samuels, A. (1992). *A psique plural: personalidade, moralidade e o pai* (Além do princípio feminino, pp. 119-136) Imago.

Young-Eisendrath, P. (2002). Gênero e contra-sexualidade: a contribuição de Jung e além. In P. Young-Eisendrath, & T. Dawson (Orgs.), *Manual de Cambridge para estudos junguianos* (pp. 213-227) Artmed.

Minicurrículo:

Matheus Ribeiro de Ramos – especialização em Psicologia Analítica pelo Centro Universitário Autônomo do Brasil – UNIBRASIL; graduação em psicologia pelas Faculdades Pequeno Príncipe – FPP. Psicólogo clínico e pesquisador junguiano.

E-mail: matheus_ramos@outlook.com